



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, dezembro de 2022.

Senhor Presidente,

Atendendo as normas regimentais da Câmara dos Deputados, apresento, a seguir, relato referente à minha participação na Reunião Parlamentar por ocasião da COP27 (Sharm El-Sheikh, Egito, 10 a 15 de novembro de 2022).

1. A Reunião Parlamentar por ocasião da 27ª Conferência Climática das Nações Unidas (COP27) - COP27, contou com a participação de centenas de parlamentares do mundo todo. Eu, na qualidade de Chefe da Delegação do Brasil, estive a frente, juntamente com os parlamentares que integraram a delegação: as Senadoras Daniella Ribeiro (PSD/PB) e Eliane Nogueira (PP/PI), o Senador Sergio Petecão (PSD/AC); e os Deputados Claudio Cajado (PP/BA) e José Rocha (União/BA). Também contou com a assessoria da servidora Silvia Cabral de Araújo, Coordenadora do Grupo Brasileiro da UIP. Por acontecer na





África, a COP27 traz a discussão para um cenário local, além da extensão para os países árabes do Oriente Médio. A conferência representa uma oportunidade para que os países africanos transmitam sua principal mensagem: são as nações mais pobres que sofrem as consequências de mudanças climáticas, apesar de sua contribuição limitada para as emissões globais.

2. Fui recebido pelo Embaixador Antônio Patriota, juntamente com a delegação do Grupo Brasileiro para uma conversa sobre as expectativas da COP27. Tivemos uma melhor compreensão do cenário, para podermos discutir na Reunião Parlamentar temas como o dado preocupante e que deve ser bastante debatido é o fato de os cientistas detalharem que as temperaturas mais altas estão levando a mais “extremos compostos.” Isto é, quando várias ameaças climáticas (como temperaturas extremas e precipitação) ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo lugar e/ou repetidas vezes. A questão da justiça climática, porém, teve um peso maior nos debates na busca por investimentos mais justos uma vez que as mudanças climáticas atingem os países de forma e intensidade diferentes.





A maior expectativa era sobre o valor destinado aos países em desenvolvimento para perdas e danos, já que os países desenvolvidos ficaram em cumprir promessas anteriores de fornecer US\$ 100 bilhões em assistência anual aos países em desenvolvimento para apoiar sua transição verde.

3. Nossa delegação esteve presente no estande do Brasil no pavilhão da COP27, onde eu juntamente com os demais integrantes nos reuni com diversas autoridades brasileiras. O estande brasileiro serviu de espaço para discussões sobre: empreendedorismo, onde foram debatidas soluções em inteligência e gestão de energia; inovação e sustentabilidade na indústria de alimentos; recursos hídricos; e indústria da construção civil. Além disso, a delegação do Grupo Brasileiro da UIP manteve reunião bilateral com o Presidente da UIP, Deputado Duarte Pacheco.

O Presidente Duarte Pacheco solicitou informações dos parlamentares sobre a possibilidade de uma reunião do GRULAC – Grupo de parlamentares ser realizada no Brasil em junho de 2023 para celebrar e divulgar o Dia do Parlamento.





Determinamos que tão logo o ano de 2023 se inicie, vamos conversar novamente com o Presidente Duarte Pacheco e definir uma data. Na oportunidade, recebi uma placa do Presidente Duarte Pacheco comemorativa da União Interparlamentar – UIP. Foram promovidas inúmeras discussões sobre temas importantes para a ação climática, como **medidas de adaptação e resiliência, redução do desmatamento, transição energética, adoção de práticas sustentáveis pelo agronegócio e auxílio aos países menos desenvolvidos.**

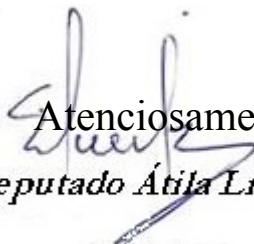
4. A Reunião Parlamentar, QUE OCORREU NO DIA 13, foi dividida em quatro sessões que abordaram temas como as interações entre a ação climática e o desenvolvimento sustentável, a transparência para a justiça climática, a necessidade de acelerar a transição para energia limpa e também foram apresentadas as últimas descobertas científicas que destacam os fatores e impactos das mudanças climáticas. A DELEGAÇÃO BRASILEIRA defendeu com ênfase a questão da redução da emissão de gases do efeito estufa E ainda sobre a mobilização para o financiamento climático dos países em desenvolvimento que estão na linha de frente das mudanças





climáticas. Fizeram uso da palavra diversos experts do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), dentre outros.

5. Por fim, a Reunião teve como produto, um documento onde são elencados 10 tópicos para servir de diretrizes nas ações em favor do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental, que reconhece a devastação que já ocorre no planeta e apoia a intensificação da ação climática para proteger e preservar os recursos naturais e biodiversidade do mundo, inclusive na Amazônia e nas florestas tropicais da África”. Reconhece, também, a necessidade de apoio financeiro para os países em desenvolvimento para que possam enfrentar o problema de como se adaptar a todos os riscos da mudança climática – tema defendido e incluído pela Delegação Brasileira.

Atenciosamente,  
  
Deputado *Atila Lins* PSD/AM





Inter-Parliamentary Union

For democracy. For everyone.



## Parliamentary meeting on the occasion of the 27th session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP27)

13 November 2022, Sharm El-Sheikh, Egypt

### Outcome document

Nós, parlamentares reunidos por ocasião da 27ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP27), realizada em Sharm El-Sheikh, República Árabe do Egito, reafirmamos nosso compromisso com os esforços globais para abordar os graves impactos das mudanças climáticas, que representam uma ameaça existencial ao nosso planeta. A ameaça não se limita apenas a um país ou região em particular; suas repercussões catastróficas transcendem as fronteiras naturais e políticas de nosso mundo. Reconhecemos a devastação que já foi causada em todo o planeta e apoiamos a intensificação da ação climática para proteger e preservar os recursos naturais e a biodiversidade do mundo, inclusive na Amazônia e nas florestas tropicais da África.

Reconhecemos que as questões ambientais são transversais e têm impacto em todas as políticas sociais e econômicas, e que a justiça climática deve estar no centro da concretização de todos os nossos objetivos e ambições em nível nacional e internacional, com particular atenção para as necessidades de adaptação dos países em desenvolvimento e das pessoas em situação de vulnerabilidade, para garantir que ninguém seja deixado para trás.

Nosso encontro foi uma oportunidade crítica para discutir as várias dimensões do fenômeno das mudanças climáticas, como os efeitos das mudanças climáticas no desenvolvimento sustentável. Foi também uma oportunidade de acompanhar as contribuições de jovens parlamentares da Oitava Conferência Global de Jovens Parlamentares, realizada dias 15 e 16 de junho de 2022 em Sharm El-Sheikh. Também discutimos como estabelecer justiça na abordagem da mudança climática e seus impactos, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e os compromissos ainda não cumpridos dos países desenvolvidos de fornecer US\$ 100 bilhões anuais para financiar de forma sustentável a ação climática nos países em desenvolvimento.

Além disso, formas de promover planos globais ambiciosos para acelerar a transição para energia limpa e economias verdes/sustentáveis devem ser discutidas para um futuro sustentável em todo o mundo, e experiências nacionais compartilhadas a esse respeito devem ser revisadas. Nossas discussões também se concentraram no fato de que abordar a mudança climática implica dar aos parlamentos um papel prioritário na ação climática devido a suas ferramentas legislativas e de supervisão, bem como a necessidade imperativa de ampliar e coordenar os esforços parlamentares globais para acompanhar a escala dessa ameaça existencial. A inação teria repercussões negativas em todos os níveis humano, ambiental e econômico.

Reconhecemos que a ação climática tem muitos aspectos:

1. Descarbonização;
2. Adaptação;
3. Fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento para que possam enfrentar o problema de como se adaptar a todos os riscos da mudança climática.



Assim, nós, como parlamentares, recomendamos várias medidas práticas para enfrentar esse grave fenômeno, como segue:

1. Enfatizando que o conhecimento e a ciência são direitos comuns da humanidade e que, portanto, todas as vias científicas devem ser disponibilizadas com total transparência para enfrentar as mudanças climáticas e seus efeitos como uma ameaça existencial.
2. Recordando as respectivas resoluções da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Direitos Humanos sobre direitos humanos e meio ambiente, importantes para preservar o planeta dos efeitos das mudanças climáticas.
3. Trabalhar, por meio de nossos parlamentos, para adotar leis e modelos legislativos que apoiem a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a transição para uma economia verde e para cumprir nossos compromissos e obrigações decorrentes do Acordo de Paris.
4. Ampliar o uso de ferramentas como o orçamento verde e tomar decisões baseadas em evidências, reconhecendo a relevância das políticas públicas para os esforços de mudanças climáticas; enfatizando a necessidade de fortalecer a função de supervisão parlamentar para garantir que os governos estejam implementando seus compromissos relacionados à mudança climática; e promulgar legislação para incentivar investimentos em energia renovável e setores relacionados à adaptação e seus efeitos no desenvolvimento sustentável.
5. Promover as capacidades das instituições que trabalham no campo da análise de riscos relacionados ao clima.
6. Reconhecendo o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e o impacto desigual das consequências das alterações climáticas; trabalhando para aumentar o apoio prestado aos países em desenvolvimento e comunidades carentes; e abordar a lacuna de financiamento do clima, transformando os compromissos internacionais a esse respeito em uma realidade real, com o objetivo de financiar a ação climática tanto para mitigação quanto para adaptação **com financiamento adicional e separado para perdas e danos.**
7. Promover a cooperação global e regional para garantir atividades bem coordenadas em resposta aos desafios relacionados ao clima; e enfatizando que os US\$ 100 bilhões por ano até 2020 prometidos na COP15 de Copenhague em 2009 não só devem ser totalmente mobilizados, mas também triplicados devido ao aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos.
8. Concretizar nosso compromisso parlamentar de servir de modelo para a sociedade, fazendo esforços claros e públicos para reduzir nossa pegada de carbono, inclusive por meio do uso de transporte sustentável.
9. Fortalecer o multilateralismo por meio da cooperação interparlamentar para promover ações aceleradas e aumentar a ambição climática para um futuro melhor para todos.
10. Revendo as recomendações da reunião parlamentar por ocasião da COP27 durante a próxima reunião parlamentar por ocasião da COP28, a ser realizada nos Emirados Árabes Unidos em 2023.

**As delegações participantes da reunião parlamentar por ocasião da COP27 gostariam de estender seus sinceros agradecimentos à República Árabe do Egito e à Câmara dos Deputados do Egito por sediar esta reunião parlamentar global, que ocorre em um momento em que todos percebemos como é importante mobilizar esforços globais em todos os níveis para enfrentar o fenômeno da mudança climática e suas repercussões negativas.**

